

BEN-HUR SILVEIRA CLAUS

# Execução Trabalhista

TÉCNICAS JURÍDICAS PARA A EFETIVIDADE  
DA EXECUÇÃO TRABALHISTA

Prefácio

Luciano Athayde Chaves

Apresentação

Luiz Ronan Neves Koury

FORUM

Ben-Hur Silveira Claus

Prefácio

Luciano Athayde Chaves

Apresentação

Luiz Ronan Neves Koury

## EXECUÇÃO TRABALHISTA

### Técnicas jurídicas para a efetividade da execução trabalhista

#### TEMAS DESTE LIVRO

- ✓ APLICAÇÃO DO CPC À EXECUÇÃO TRABALHISTA
- ✓ EXECUÇÃO MAIS EFICAZ X EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA
- ✓ RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS
- ✓ SÓCIO RETIRANTE
- ✓ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA
- ✓ DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA
- ✓ CUMPRIMENTO DA SENTENÇA
- ✓ EXECUÇÃO APÓS A REFORMA TRABALHISTA
- ✓ GRUPO ECONÔMICO TRABALHISTA
- ✓ HIPOTECA JUDICIÁRIA
- ✓ AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA
- ✓ INDISPONIBILIDADE DE BENS
- ✓ PENHORA EM DINHEIRO NA EXECUÇÃO PROVISÓRIA
- ✓ ALIENAÇÃO ANTECIPADA DE BENS
- ✓ MEDIDAS COERCITIVAS DO ART. 139, IV, DO CPC
- ✓ FRAUDE À EXECUÇÃO
- ✓ PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE
- ✓ BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO

#### Área específica

DIREITO PROCESSUAL TRABALHISTA

#### Áreas afins

DIREITO TRABALHISTA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. EFETIVIDADE DA EXECUÇÃO. TÉCNICAS JURÍDICAS DE EXECUÇÃO TRABALHISTA. BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm  
CÓDIGO: 10003490

C616e

Claus, Ben-Hur Silveira

Execução trabalhista: técnicas jurídicas para a efetividade da execução trabalhista / Ben-Hur Silveira Claus. - Belo Horizonte : Fórum, 2023.

463 p. ; 17cm x 24cm

Inclui bibliografia e índice.

ISBN: 978-65-5518-489-1

1. Direito Trabalhista. 2. Direito Processual Civil. 3. Execução trabalhista. 4. Efetividade da execução. 5. Técnicas jurídicas de execução trabalhista. I. Título.

2022-3258

CDD 344.01

CDU 349.2

**Ben-Hur Silveira Claus** é Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professor da Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Membro da Academia Sul-Rio-Grandense de Direito do Trabalho (ASRDT). Membro da Comissão elaboradora do Anteprojeto de Código de Processo do Trabalho (CPT), constituída pela Academia Brasileira de Direito do Trabalho (ABDT). Juiz aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Rio Grande do Sul. Autor de obras jurídicas sobre Execução Trabalhista.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO	
<b>Luciano Athayde Chaves</b> .....	19
APRESENTAÇÃO	
<b>Luiz Ronan Neves Koury</b> .....	23
CAPÍTULO 1	
A APLICAÇÃO DO CPC À EXECUÇÃO TRABALHISTA COMO TÉCNICA JURÍDICA DIRIGIDA À EFETIVIDADE DA JURISDIÇÃO .....	29
1.1 O direito material conforma o procedimento.....	29
1.2 O subsistema jurídico trabalhista brasileiro .....	32
1.3 A compatibilidade como critério científico à aplicação do processo comum.....	34
1.4 O critério científico da compatibilidade subsiste ao advento do novo CPC.....	36
CAPÍTULO 2	
A RELAÇÃO ENTRE EXECUÇÃO MAIS EFICAZ E EXECUÇÃO MENOS GRAVOSA: APONTAMENTOS PARA O ESTUDO DESTA QUESTÃO JURÍDICA .....	41
2.1 Sob a inspiração de Wagner D. Giglio.....	41
2.2 A execução perdeu eficácia quando passou a ser patrimonial.....	42
2.3 Uma regra sob questionamento no próprio processo civil .....	46
2.4 Compreendendo a regra exceptiva da execução menos gravosa no âmbito do processo civil: a nova perspectiva do art. 805, parágrafo único, do CPC de 2015.....	49
2.5 A natureza alimentar do crédito trabalhista como fonte material de direito .....	53
2.6 É o resultado social negativo que muda o paradigma teórico.....	55
2.7 A doutrina pela não aplicação da regra exceptiva da execução menos gravosa ao processo do trabalho .....	57
2.8 O dever jurídico de o executado oferecer alternativa de meio de execução menos gravoso e mais eficaz.....	59
CAPÍTULO 3	
A RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS NA EXECUÇÃO TRABALHISTA. A RESPONSABILIDADE DO SÓCIO RETIRANTE .....	63
3.1 A fundamentação jurídica da responsabilidade dos sócios pelas obrigações trabalhistas da sociedade empresarial.....	63
3.2 A desconsideração da personalidade jurídica da sociedade e a responsabilização dos sócios pelas obrigações trabalhistas.....	66
3.3 A responsabilidade dos sócios na execução trabalhista .....	68
3.4 O sócio que ingressa na sociedade assume o passivo <i>anterior</i> .....	71
3.5 A reforma trabalhista e o sócio retirante.....	72
3.6 Os antecedentes legislativos do art. 10-A da CLT reformada.....	72
3.7 A interpretação da responsabilidade do sócio retirante no contexto da CLT.....	73
3.8 A responsabilidade subsidiária do sócio retirante é objetiva .....	74
3.9 A responsabilidade do sócio retirante.....	75

3.10	A limitação temporal da responsabilidade do sócio retirante depende de que sua saída da sociedade empresarial seja dotada de <i>eficácia jurídica</i> .....	77
3.11	A responsabilidade solidária do sócio retirante no caso de fraude .....	79
3.12	O ônus da prova quanto à fraude na alteração contratual da retirada.....	81
3.13	A jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região acerca da extensão da responsabilidade do sócio retirante.....	83
3.14	A jurisprudência do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região acerca da extensão da responsabilidade do sócio retirante.....	85
3.15	O cotejo das OJs: OJ nº 40, V, do TRT9 x OJ nº 48 do TRT4.....	87
3.16	A contagem do prazo decadencial de dois anos do art. 10-A da CLT.....	90
3.17	Direito de regresso do sócio retirante. Fundamento legal. Competência. Prescrição.....	93

#### CAPÍTULO 4

#### A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NA EXECUÇÃO TRABALHISTA. A DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA .....

4.1	O Direito atendeu à Economia .....	95
4.2	A máscara e o véu.....	96
4.3	A autonomia patrimonial como pressuposto teórico da sociedade personificada .....	98
4.4	Conceito .....	100
4.5	Natureza jurídica: vício estrutural ou vício funcional? .....	101
4.6	Uma teoria destinada à sociedade limitada e à sociedade anônima.....	102
4.7	Sociedades por quotas de responsabilidade limitada: a responsabilidade é a morada do sócio.....	103
4.8	A autêntica sociedade anônima: responsabilidade subsidiária restrita ao acionista controlador e aos administradores.....	107
4.9	A falsa sociedade anônima: responsabilidade subsidiária extensiva a todos os sócios (“acionistas”).....	109
4.10	Grupo de empresas: as distintas personalidades jurídicas das empresas do grupo econômico trabalhista x o princípio da primazia da realidade .....	112
4.11	Os requisitos para a desconsideração: teoria subjetiva x teoria objetiva.....	114
4.12	A desconsideração <i>inversa</i> da personalidade jurídica.....	116
4.13	Desconsideração clássica e desconsideração <i>inversa</i> da personalidade jurídica .....	117
4.14	O suporte fático da desconsideração <i>inversa</i> : a confusão patrimonial.....	117
4.15	A opção pela teoria objetiva da desconsideração da personalidade jurídica .....	118
4.16	O abuso da personalidade jurídica configura-se pela simples invocação da autonomia patrimonial.....	119
4.17	Uma histórica construção hermenêutica.....	120
4.18	A desconsideração da personalidade jurídica em face da pesquisa eletrônica de bens do executado.....	121

#### CAPÍTULO 5

#### O CUMPRIMENTO DA SENTENÇA TRABALHISTA .....

5.1	O novo paradigma do cumprimento da sentença no CPC de 2015.....	123
5.2	A regência legal do cumprimento da sentença de obrigação por quantia certa .....	131
5.3	Protesto extrajudicial da sentença e inclusão do devedor em cadastro de inadimplentes – Por que fazer ambos .....	135
5.4	A penhora de dinheiro na execução provisória .....	141
5.5	Penhora de salário e de depósito em caderneta de poupança .....	144
5.6	A dispensa de caução na execução provisória da sentença trabalhista é a regra.....	150

5.7	A nova perspectiva hermenêutica do parágrafo único do art. 805 do CPC .....	151
-----	---	-----

## CAPÍTULO 6

EXECUÇÃO APÓS A REFORMA TRABALHISTA: AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES TRAZIDAS PELA LEI Nº 13.467/2017 .....		159
6.1	Grupo econômico trabalhista.....	159
6.2	Sócio retirante .....	163
6.3	Prescrição intercorrente .....	169
6.4	Responsabilidade do sucessor. Responsabilidade do sucedido .....	177
6.5	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	179
6.6	Garantia do juízo na execução.....	183
6.7	Depósito recursal.....	184
6.8	Protesto extrajudicial e inscrição do devedor em cadastro de inadimplentes.....	187

## CAPÍTULO 7

O GRUPO ECONÔMICO TRABALHISTA APÓS A LEI Nº 13.467/2017 .....		193
7.1	A evolução do conceito de Grupo Econômico Trabalhista .....	193
7.2	A função social da propriedade e o conceito de Grupo Econômico Trabalhista como empregador único.....	197
7.3	O Grupo Econômico Trabalhista como empregador único: a lei e a doutrina .....	199
7.4	A responsabilidade solidária do grupo é econômica e não processual.....	202
7.5	A caracterização do Grupo Econômico Trabalhista .....	202
7.6	Como interpretar §2º do art. 2º da CLT após a Reforma Trabalhista.....	203
7.7	Como interpretar a <i>regra excetiva</i> do §3º do art. 2º da CLT .....	205
7.8	A prova da existência do Grupo Econômico Trabalhista .....	206
7.9	Ônus da prova e inversão do ônus da prova.....	207
7.10	O alcance da responsabilidade das empresas do Grupo Econômico Trabalhista .....	209
7.11	É modalidade de legitimidade passiva extraordinária .....	210
7.12	A Súmula nº 205 do TST .....	211
7.13	Há necessidade de prévia instauração de IDPJ? Não. ....	212
7.14	A empresa do grupo econômico trabalhista defende-se por meio de Embargos de Terceiro .....	217
7.15	Ferramentas eletrônicas para pesquisar Grupo Econômico Trabalhista .....	218
7.16	Pensar no IDPJ enquanto alternativa.....	220

## CAPÍTULO 8

GRUPO ECONÔMICO E COISA JULGADA DE QUESTÃO PREJUDICIAL.....		221
8.1	A sede normativa da coisa julgada de questão .....	221
8.2	A Súmula nº 205 do TST .....	223
8.3	Ainda sobre a exigência de litisconsórcio prévio.....	225
8.4	Grupo econômico e coisa julgada .....	229
8.5	Coisa julgada de questão prejudicial.....	231
8.6	A teoria da representação virtual.....	233
8.7	Coisa julgada de questão prejudicial decidida na fase de execução.....	235

## CAPÍTULO 9

HIPOTECA JUDICIÁRIA E EXECUÇÃO EFETIVA .....		239
9.1	A Súmula nº 375 do STJ: proteção ao terceiro adquirente de boa-fé .....	239
9.2	A hipoteca judiciária como remédio contra os males da Súmula nº 375 do STJ .....	241
9.3	As sete virtudes capitais da hipoteca judiciária.....	243

9.3.1	A primeira virtude: a publicação da sentença <i>constitui</i> a hipoteca judiciária .....	243
9.3.2	A segunda virtude: a implementação de ofício .....	244
9.3.3	A terceira virtude: confere direito de sequela sobre os imóveis gravados.....	245
9.3.4	A quarta virtude: inibir fraude à execução.....	247
9.3.5	A quinta virtude: é instituto de ordem pública .....	249
9.3.6	A sexta virtude: o recurso não suspende sua eficácia imediata .....	250
9.3.7	A sétima virtude: uma garantia que não exclui outras.....	252

## CAPÍTULO 10

HIPOTECA JUDICIÁRIA SOBRE OUTROS BENS .....		255
10.1	A interpretação estrita .....	255
10.2	A finalidade da hipoteca judiciária.....	256
10.3	Hipoteca judiciária x hipoteca convencional: a dicotomia entre interesse de ordem pública e interesse de ordem privada.....	257
10.4	O Direito sempre foi analógico.....	258
10.5	Por uma hermenêutica contemporânea para a hipoteca judiciária .....	259
10.6	O ônus do tempo do processo .....	260
10.7	A efetividade da jurisdição como horizonte hermenêutico .....	262
10.8	Como operacionalizar a hipoteca judiciária sobre outros bens.....	263

## CAPÍTULO 11

A APLICAÇÃO DA AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA AO PROCESSO DO TRABALHO.....		265
11.1	A finalidade da averbação premonitória .....	265
11.2	A averbação premonitória pode ser aplicada na fase de conhecimento do processo civil?.....	269
11.3	A aplicação do art. 828 do CPC como forma de combater os efeitos da Súmula nº 375 do STJ .....	272
11.4	A juridicidade da aplicação do art. 828 do CPC ao Processo do Trabalho.....	274

## CAPÍTULO 12

A APLICAÇÃO DA INDISPONIBILIDADE DE BENS PREVISTA NO ART. 185-A DO CTN À EXECUÇÃO TRABALHISTA: O RESGATE DA RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL FUTURA .....		277
12.1	A juridicidade da aplicação subsidiária do art. 185-A do CTN à execução trabalhista .....	277
12.2	A <i>dimensão prospectiva</i> da medida legal de indisponibilidade de bens: o resgate da <i>responsabilidade patrimonial futura</i> .....	279
12.3	A indisponibilidade de bens e o princípio da proporcionalidade .....	283
12.4	Como fazer a comunicação de indisponibilidade de bens.....	284
12.5	Uma boa prática a serviço da efetividade na execução trabalhista.....	285

## CAPÍTULO 13

O TST ATUALIZOU SUA JURISPRUDÊNCIA AO CPC DE 2015: A LICITUDE DA PENHORA EM DINHEIRO NA EXECUÇÃO PROVISÓRIA .....		287
13.1	A redação anterior da Súmula nº 417 do TST.....	287
13.2	A nova redação da Súmula nº 417 do TST .....	288
13.3	O que mudou .....	288
13.4	Compreendendo o itinerário da Súmula nº 417 do TST .....	289

CAPÍTULO 14	
A ALIENAÇÃO ANTECIPADA DE BENS.....	293
14.1 Aspectos teóricos.....	293
14.2 O envelhecimento precoce dos bens.....	295
14.3 A alienação antecipada de veículos automotores passa a ser a regra legal.....	296
CAPÍTULO 15	
A EXECUÇÃO DE OFÍCIO APÓS A REFORMA TRABALHISTA.....	299
CAPÍTULO 16	
A APLICAÇÃO DAS MEDIDAS COERCITIVAS DO ART. 139, IV, DO CPC AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO.....	303
16.1 A aplicação do CPC de 2015 à execução trabalhista.....	303
16.2 CPC de 2015: estamos diante de um <i>novo</i> Código de Processo Civil.....	304
16.3 Art. 139, IV, do CPC: inspiração no <i>Civil Contempt</i> da <i>common law</i> .....	307
16.4 O Código de Processo Civil de 2015 apresenta-se <i>novo</i> no art. 139, IV.....	310
16.5 A coerção indireta é meio lícito de execução.....	316
16.6 A execução indireta atua sobre a vontade do executado para obter o cumprimento da obrigação.....	319
16.7 A licitude da interdição de direitos não fundamentais do executado para assegurar o cumprimento da obrigação.....	320
16.8 Não basta o mero inadimplemento: é necessário o abuso de direito.....	322
16.9 A necessidade de primeiro ouvir o executado.....	324
16.10 Dever jurídico de o executado apresentar sugestão de meio executivo alternativo.....	325
16.11 Necessidade de limitação temporal da medida coercitiva. Razoabilidade e proporcionalidade.....	327
16.12 Um novo modelo.....	330
CAPÍTULO 17	
A FRAUDE À EXECUÇÃO NO PROCESSO DO TRABALHO.....	333
17.1 Fraude à execução, fraude contra credores, ineficácia da alienação de bem gravado por constrição judicial e simulação.....	333
17.2 As modalidades de fraude à execução no direito positivo brasileiro.....	336
17.3 A fraude à execução na penhora de crédito.....	339
17.4 Fraude à execução na averbação premonitória.....	342
17.5 Fraude à execução na hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial.....	344
17.6 Fraude à execução na aquisição de bem de família mais valioso.....	345
17.7 Fraude à execução na execução fiscal.....	346
17.8 Fraude à execução fiscal: a presunção de fraude é absoluta; não se admite prova em contrário.....	348
17.9 A histórica opção da teoria jurídica brasileira de conferir ao crédito trabalhista privilégio legal superior àquele reconhecido ao crédito fiscal.....	351
17.10 Hermenêutica e método sistemático de interpretação: do postulado da unidade do sistema jurídico à compatibilização dos arts. 29, da Lei nº 6.830/80, e 186 do CTN.....	355
17.11 A teoria do diálogo das fontes.....	359
17.12 A aplicação do <i>sistema</i> legal dos executivos fiscais à execução trabalhista: uma proposta de diálogo das fontes.....	362
17.13 A jurisprudência do STJ acerca da aplicação da Súmula nº 375: fraude à execução fiscal x fraude à execução civil.....	365
17.14 A fraude à execução no novo CPC.....	372



17.15	O marco temporal a partir do qual a alienação é considerada ocorrida em fraude à execução trabalhista: ajuizamento x citação.....	374
17.16	Acórdãos pioneiros prenunciam debate na jurisprudência.....	375

## CAPÍTULO 18

### A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA EXECUÇÃO DEPOIS DA REFORMA TRABALHISTA INTRODUZIDA PELA LEI Nº 13.467/2017

18.1	A jurisprudência do TST sobre a prescrição intercorrente na execução .....	379
18.2	A prescrição intercorrente na Lei de Executivos Fiscais.....	389
18.3	A prescrição intercorrente na execução no CPC de 2015.....	395
18.4	A prescrição intercorrente na execução trabalhista – Aspectos gerais .....	397
18.5	A prescrição intercorrente na execução trabalhista – Aspectos específicos: a questão da execução de ofício.....	403
18.6	A prescrição intercorrente na execução trabalhista – Aspectos específicos: a prescrição intercorrente não retroage.....	406
18.7	Em favor da aplicação combinada da LEF e do art. 11-A da CLT.....	410
18.8	A necessidade de intimar também a parte exequente pessoalmente .....	415
18.9	Consumado o prazo prescricional, não cabe nova diligência para penhora .....	416

## CAPÍTULO 19

### BOAS PRÁTICAS NA EXECUÇÃO .....

19.1	Reunião de execuções contra o mesmo executado .....	419
19.2	Audiência de conciliação .....	420
19.3	Delegação de autorização aos servidores da Vara do Trabalho para a prática de atos ordinatórios na execução .....	420
19.4	Hipoteca judiciária .....	421
19.5	Remoção imediata de bens móveis penhorados.....	422
19.6	Alienação <i>antecipada</i> de bens móveis.....	422
19.7	Adjudicação antecipada .....	423
19.8	Adjudicação por 50% do valor da avaliação.....	423
19.9	Indisponibilidade de bens imóveis via CNIB.....	424
19.10	Protesto extrajudicial de decisão judicial.....	425
19.11	Inclusão do devedor em cadastro de inadimplentes.....	426
19.12	Receber os embargos do executado sem suspender a execução.....	427
19.13	Adotar, na execução trabalhista, o regime especial de fraude à execução previsto no art. 185 do CTN.....	428
19.14	Sentença líquida.....	428
19.15	Penhora da totalidade do bem imóvel do condômino.....	429
19.16	Desconsideração da personalidade jurídica .....	430
19.17	Grupo econômico trabalhista. Evolução .....	430
19.18	Poder geral de efetivação do magistrado.....	433
19.19	Falência. Redirecionamento da execução contra o responsável subsidiário de imediato .....	435
19.20	Penhora de bens de outros familiares beneficiários do serviço do empregado doméstico.....	435
19.21	Penhora de bem particular do condômino por dívida do condomínio empregador .....	436
19.22	Penhora de bem de família suntuoso .....	437
19.23	Penhora de bem de família na execução de condenação decorrente de obrigação alimentar fundada em responsabilidade civil do empregador .....	438
19.24	Execução contra espólio .....	439
19.25	Penhora no rosto dos autos de ações movidas pelo executado em outros ramos da jurisdição .....	439
19.26	Mandado de diligência. Medida preparatória à penhora de veículo na posse do executado, mas registrado em nome de terceiro.....	440



19.27	Penhora de salários, de subsídios, de proventos de aposentadoria e de valor depositado em caderneta de poupança.....	441
19.28	Execução provisória. Dispensa de caução. Licitude.....	444
19.29	Execução provisória. Alienação do bem. Licitude.....	446
19.30	Execução provisória. Levantamento do depósito em dinheiro. Licitude .....	446
19.31	Execução mais eficaz x execução menos gravosa. O resgate da primazia da regra geral da execução mais eficaz .....	447
REFERÊNCIAS .....		449
ÍNDICE ONOMÁSTICO .....		457
ÍNDICE DE MATÉRIAS .....		461